

INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA

Na situação do Brasil \implies Como melhorar o Ambiente de Negócios?

Há várias maneiras de enfrentar e discutir esse tema proposto.

Na quinta-feira passada, em Brasília, na sede da CBIC estiveram presentes o Ministro das Cidades e os Secretários Nacionais de Habitação (Henriqueta) e Saneamento (Alceu).

Num certo momento, a Secretária Nacional da Habitação, Henriqueta, depois de falar e ouvir falar da quantidade de problemas e desafios que temos pela frente, desabafou: - “Não está fácil! As dificuldades são enormes, mas não há alternativa. Este é o momento da virada. O governo tem que fazer grandes mudanças, mas Vocês empresários também têm que fazer a sua parte. Todos nós precisamos mudar! É agora!”

Pergunto ao Zé Carlos se isso é verdade e se ele confirma.

Sendo assim, e já tendo passados dos 70 anos, sinto-me menos amarrado a conveniências e a nuances diplomáticas e muito mais comprometido com minhas próprias convicções e vou portanto discutir esse tema a partir da realidade dos fatos, como eu os vejo.

Os jovens dizem: Fala sério!!

Vamos falar sério!!

O Brasil enfrenta a pior crise econômica de sua história recente (últimos 50 anos, ou mais), com 3 anos seguidos de recessão, crescimento negativo acumulado de mais de 7% (ou pouco menos de 10%) e com 12 milhões de desempregados. A previsão é de que ainda este ano cheguemos a 13 milhões.

O desequilíbrio fiscal é uma grandeza!

O desarranjo econômico produzido é gigantesco!

Os gastos públicos, em 13 anos, cresceram a taxas superiores às taxas de crescimento do PIB e ao crescimento da receita, e quando a receita começou a cair, nos últimos 3 anos, as despesas públicas continuaram a crescer.

O resultado disso é que o superávit primário desapareceu e foi substituído por déficits primários.

A inflação disparou, o que levou o Banco Central a elevar as taxas de juros até o nível de 14,25% aa, que se manteve nos últimos meses.

A dívida pública brasileira que estava em torno de 50% do PIB, está agora superando os 70% e ameaça chegar aos 80% do PIB no final deste ano. (crescimento galopante).

O déficit da execução orçamentária previsto para este ano é de 170 bi R\$ e para 2017 é de 139 bi, contando com 29 bi R\$ de receitas extraordinárias fruto das outorgas de concessões e PPPs, que ainda estão no forno...

O montante da dívida pública já deve ter chegado a (ou se aproxima de) 4 Trilhões de reais.

Nós vamos pagar mais de 600 bilhões de reais de serviços dessa dívida pública (de juros) neste ano de 2016. (Selic 14,25% aa sobre dívida de 4 trilhões de R\$)

Com esse tamanho de déficit não há alternativa outra do que cortar gastos.
⇒ Daí a urgência de aprovar a PEC de limitação dos gastos públicos.

Capacidade de investimento: ZERO!

Os gastos hoje, porém são incompressíveis, porque o pagamento do funcionalismo cresce vegetativamente, todos os anos, por força de lei, independentemente da realidade da economia...

Existem anuênios, quinquênios, adicionais, etc etc

O déficit da Previdência este ano está previsto em 160 bilhões e para o próximo ano a previsão é de 230 bi.

Dai a importância da Reforma da Previdência, em especial, a da Previdência do funcionalismo pois 30 vezes menos aposentados provocam despesas 30 vezes maiores do que as do INSS, do trabalhador privado.

O Sistema elétrico está desequilibrado em dezenas de bilhões, além de desestruturado, pois em 2012 se fez experimento desastroso de redução de tarifas, além de não terem sido renovadas concessões de geradoras, obrigando todo o Parque de Termoelétricas a óleo a trabalharem 24h por dia por alguns anos para garantir o abastecimento de energia.

O Sistema Petrobrás foi tremendamente prejudicado, pois de 2010 a 2014, foram praticados preços irrealistas dos combustíveis levando a empresa a ter um prejuízo acumulado de 160 bi* (fonte: consultor Adriano Pires), pois o óleo e os combustíveis eram importados a preços mais altos do que se repassava para o mercado interno.

Em resumo: este governo atual, recém efetivado, assume o país desestruturado, caminhando pra trás, com desemprego elevadíssimo e ainda em expansão, em gravíssima crise fiscal e a Federação em crise porque muitos Estados e Municípios estão literalmente quebrados, sendo notórios os Estados do Rio de Janeiro, RS, RN, MG, DF, pra citar só alguns.

É natural que a atual Equipe Econômica, considerada por todos como um Dream Team, hoje só pense na PEC dos gastos públicos em caráter de urgência urgentíssima e só saiba dizer não a todos que proponham novas despesas ou reajustes, especialmente do funcionalismo público em suas várias carreiras.

E a falta absoluta de recursos, evidentemente, impede que sejam feitos investimentos, daí a solução que está sendo buscada através do PPI - Programa de Parcerias em Investimentos, sob a coordenação do Ministro Moreira Franco.

Essas parcerias ocorrerão sob as seguintes 4 modalidades: Concessões, PPPs, Arrendamento e Desestatização.

A Medida Provisória foi aprovada em 08/Setembro passado e já convertida em Lei e a 1ª reunião de seu Conselho ocorreu na 3ª feira PP, 13/Setembro (há uma semana).

O Programa precisa de Regulamentação, que será feita através de legislação posterior, por este Congresso que está aí!...

É fato real de que existe muito dinheiro disponível no mundo, a Europa e outros países estão praticando juros negativos e há poucos países oferecendo um Programa consistente de melhoria de Infraestrutura combinado com ambiente político social-econômico e jurídico confiáveis e seguros.

O Brasil se destaca no cenário mundial, com oportunidades de negócios fantásticos no campo da Infraestrutura para os próximos 20 ou 30 anos e faz todo o sentido que o Presidente Michel Temer tenha tomado posse e poucas horas depois tenha voado para a China, buscando atrair investidores chineses, para os quais o Ministro Henrique Meirelles ofereceu um programa de investimentos no total de 269 bilhões de Dólares...

Portanto a Moda, nos próximos anos, será a de Concessões, PPPs, Arrendamentos etc.

Nesse jogo da verdade que a Sociedade brasileira terá que jogar e assim também o mundo político e empresarial, as lideranças responsáveis de todos os segmentos têm a oportunidade de reformar as práticas pouco virtuosas que se tornaram comuns no Brasil dos últimos anos, dando origem a várias operações estridentes como a Lava Jato, a Zelotes, a Acrônimo, a Greenfield, entre outras menores e outras por aparecer...

Lamento ter que dizer que a PPP que melhor funcionou no Brasil nos últimos anos foi aquela composta por autoridades políticas e públicas e graduados representantes de empresas privadas que se encarregaram de quase destruir a Petrobrás, gerando prejuízos de mais de 48 bilhões de reais (ou 60 bi, dependendo da fonte...), bem como conseguiram quebrar os Fundos de Pensão de empresas públicas, como o Postalís, o Previ, o Petrus, o Funcef, com prejuízos avaliados em mais de 46 bilhões de reais. São dados públicos e publicados...

Hoje em dia, funcionários aposentados dos Correios pagam uma parcela adicional para ajudar a reconstituir o Postalís e tentar garantir a continuidade de sua aposentadoria.

Nós falamos aqui em tantos Bilhões e não fazemos ideia do que significa um Bilhão. Não é intuitivo!!

Um milhão é fácil: é um apartamento de 80 a 100 m², 10 carros Jetta, etc

Mas 1 Bilhão, não!!!

1 segundo é pouquíssimo tempo! Passou!...

E um bilhão de segundos?

Fiz a conta:

Correspondem a 31 anos, 8 meses e 15 dias!!

Portanto 2 Bilhões de segundos é quase a vida média de um brasileiro...

3 Bilhões de segundos perfazem praticamente 1 Século !!

1 Real é pouco!! Equivale a pouco mais de 1 Quarter USA, 25 cents
Mas 1 bi de reais é MUITO dinheiro!!

48 a 60 Bi de desvios na Petrobrás!!

46 Bi de desvios e más aplicações em Fundos de Pensão!

É muito, muito dinheiro!!...

Por isso se nós, empresários, empreendedores e trabalhadores, quisermos aproveitar para iniciar as grandes transformações que o Brasil precisa fazer para de uma vez por todas EMERGIR no mundo desenvolvido, só há uma maneira de o fazer.

É começar do Modo Certo!!

E qual é o Modo Certo??

É através de um Planeamento Sério e Consistente.

O Governo tem que saber o que ele quer e o que é mais importante e prioritário.

Cabe a ele definir séria e responsabilmente o que fazer e o que fazer primeiro.

Vamos deixar claro os papéis de cada ator, nesse processo.

O governante é um tripulante temporário do Aparelho Estatal.

O Estado é um avião; o Governo é a Tripulação.

Depois de X tempo a tripulação é trocada e o avião volta a voar.

Para isso é preciso que o Governo use, ao menos, uma pequena parte do seu tempo para Planejar para o curto, para o médio e para o longo prazo e utilizar a parte complementar de seu tempo para agir naquilo que lhe cabe dentro de seu mandato.

No caso de Obras Públicas, cabe ao Governo, na sua porção Estadista, identificar as necessidades, classificá-las e estabelecer prioridades.

Haverá coisas em que uma Administração só dará os primeiros passos.

Haverá outras em que ela continuará obras da Administração anterior.

Haverá outras ainda que ela completará e inaugurará.

É seu papel, intransferível, caracterizar perfeitamente o Objeto da Obra Pública, realizando todos os trabalhos preliminares, desde os estudos de previabilidade ao levantamento das informações de campo para ter o conhecimento amplo do sítio de intervenção.

1º) O Governo (qualquer Governo) tem que atuar em 2 Dimensões, a Dimensão Estadista e sua Dimensão Governo.

DIMENSÃO ESTADISTA:

(Vale aqui destacar que o Dr. Ulysses dizia que o “Estadista é o Arquiteto da Esperança”)

Dar continuidade aos programas que transcendem o seu mandato, com as adaptações que a evolução tecnológica impõe e atuando efetivamente no Planejamento, atualizando os programas e objetivos e alongando os períodos de abrangência dos planos. Ex.: Visão dos próximos 30/50 anos e a cada 4 anos, alongando o período por mais 4 anos (Sempre 30/50 anos adiante). Para isso é

preciso recriar Instituições como o GEIPOT – Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes, por exemplo.

DIMENSÃO GOVERNO:

Entre as milhares de suas responsabilidades, escolher as suas prioridades no campo da infraestrutura e dar condições para elas se materializarem;

Continuar as obras de seu antecessor;

Fazer os levantamentos de campo para suprir de informação os estudos de previabilidade técnico-econômico-sócio-ambiental das obras a serem realizadas.

Decidir o que será licitado como Obra Pública, o que será Privatizado, o que será licitado como Concessão ou PPP

Decidir o que será objeto de PMI e em que categoria será licitado.

DIMENSÃO GOVERNO

1.

No caso de Obra Pública (aquelas que não tenham viabilidade como Concessão/PPP), tendo passado pelos crivos da importância, prioridade e EVTEA, contratar os Projetos Básicos/Executivos incluindo todos os levantamentos do sítio de intervenção (Condições Cadastrais de Contorno – como o TCU as denomina): topografia, estudos geofísicos e geotécnicos, levantamentos sócio-ambientais, estudos de demanda, cadastro de propriedades a serem desapropriadas, etc.

Só dessa forma, o Governo poderá licitar Obras Públicas (Construção) já tendo definidas as Desapropriações e obtidos os licenciamentos ambientais.

Só assim a Obra Pública será contratada com segurança, com preço definido, prazo estabelecido e qualidade definida.

O Projeto, (seja de Arquitetura ou de Engenharia) é Linguagem!

O Cliente, público ou privado, o empreendedor tem uma idéia e um objetivo.

A única maneira de ele transmitir de forma compreensível a qualquer outra pessoa (seja sócio, investidor, prestador de serviço, fornecedor, etc) a sua idéia, a sua intenção, o seu objetivo é através dos Projetos de Arquitetura e de Engenharia.

Essa linguagem compõe-se de desenhos, especificações, memoriais descritivos e memoriais de cálculo, gráficos, cronogramas físico e financeiros.

Desta forma o Governo diz o que quer comprar e receber através dos Projetos de Arquitetura e de Engenharia.

A partir do Projeto o Construtor contratado saberá precisamente o que terá que entregar.

E o Fiscal/Gerenciador saberá o que deve controlar e verificar a partir da referência, que é o Projeto de Arquitetura e Engenharia.

DIMENSÃO GOVERNO

2.

Se a decisão for contratar por Concessão ou PPP (dada a viabilidade econômica total ou parcial do empreendimento):

Proceder ao levantamento das Condições Cadastrais de Contorno (diretamente ou terceirizando).

(O TCU entende que não oferecendo essas informações a TODOS os concorrentes, o Governo poderá ser acusado de dirigismo ou de falta de isonomia na licitação).

Elaborar ou Contratar Projeto Funcional ou, até mesmo, Projeto Básico que defina os objetivos do Estado com aquela obra. (se for estrada ou ferrovia, definindo o seu traçado, por onde vai passar, onde haverá estações, etc) e avaliando os impactos ambientais, sua mitigação e até compensações, sem o que não obterá os Licenciamentos indispensáveis.

O traçado definido e o projeto básico identificarão as desapropriações a serem feitas pelo Governo ou pelo Concessionário, mas estarão definidas.

Licitando a Concessão ou PPP, oferecendo as informações (Condições Cadastrais de Contorno) para correta avaliação do empreendimento e oferecendo também os Licenciamentos e Desapropriações já resolvidas, ou dando as informações para sua solução.

DIMENSÃO GOVERNO

3.

Caso seja resposta do Governo às PMIs (Procedimento de Manifestação de Interesse).

Aceita pelo Governo, este procederá diretamente ou através de terceiros contratados, ao levantamento das Condições Cadastrais de Contorno.

Os dados resultantes serão oferecidos a todos os interessados, de modo a tornar equitativa a participação de todos os proponentes.

A falta dessa informação completa pode significar dirigismo e informação privilegiada na licitação, comprometendo a isonomia entre os ofertantes (TCU).

Hoje é um pleito comum das empresas construtoras ou concessionárias que caberá ao Governo resolver previamente (antes de licitar as obras ou Concessões/PPPs) as questões dos Licenciamentos e das Desapropriações, o que é correto a meu ver.

Acontece que só será possível obter o Licenciamento sério se antes tiver sido elaborado, no mínimo, um Projeto Básico a partir do levantamento das Condições Cadastrais de Contorno (dados de campo), pois só assim é possível conhecer a realidade física e sócio-ambiental do sítio de intervenção e calcular o Impacto Ambiental, minimizá-lo através de um bom projeto e avaliar as compensações ambientais necessárias à emissão dos Licenciamentos.

E somente a partir do Projeto Básico se identificarão as propriedades a serem desapropriadas e, assim, fazer os laudos de avaliação de seus custos.

Portanto, é uma ilusão imaginar que se possa prescindir minimamente dos Levantamentos de Campo e de um Bom Projeto, mesmo que seja Projeto Básico, não completamente detalhado.

Fora isso, imaginar que um Seguro resolva as inconsistências de informação é elaborar em grave equívoco.

A única forma de avaliar os riscos de uma obra é ter um Bom Projeto feito a partir dos levantamentos completos de campo. (Condições Cadastrais de Contorno – TCU)

Nenhuma seguradora, séria e responsável, comprará os riscos de uma obra sem poder avaliar os riscos do empreendimento, e essa avaliação só poderá ser feita com, no mínimo, um bom Projeto Básico em mãos.

É importante lembrar que em qualquer empreendimento, seja público ou privado, os riscos são inerentes à atividade de empreender e são de responsabilidade do empreendedor.

Os contratados assumem riscos próprios de performance, e são prestadores de serviço que devem ser criteriosa e rigorosamente selecionados, para que o empreendimento seja bem sucedido.

O melhor seguro para qualquer obra é a existência prévia e tempestiva de um Bom projeto de Arquitetura e Engenharia.

Uma Obra Pública, uma Concessão ou uma PPP não podem ser uma Loteria em que o Empreendedor e seus Contratados joguem dados ou cartas, torcendo para que a sorte os favoreça.

Nessa relação séria e equilibrada todos ganham, na medida correta e proporcional ao seu desempenho, e o grande beneficiário será o usuário, S.Exa., o povo.